CONTRATO N° 2418457

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da, **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, como CONTRANTANTE, e a **VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**, como CONTRATADA, para prestação de serviços na forma abaixo.

Aos dias ___ do mês janeiro do ano de 2025, na Rua Afonso Cavalcanti, n° 455, sala 801, Bl 1 do CASS, Cidade Nova, Rio de Janeiro, o **MUNICÍDPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 42.498.733/0001-48, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo Senhor **DANIEL LOPES DA MATA**, na qualidade de Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, e a **VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, estabelecida na Rua 41C, n° 783 – Vila Santa Cecília – Volta Redonda, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 27255-430, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n°: 07.425.249/0001-98, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por **JOSÉ MARCOS ESTRAIHER**, com identidade n° 15.353.085-6, sob o CPF: 022.607.088-38, na qualidade de Representante Legal, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado com base no art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, autorizada por despacho do Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, datado de 22/11/2024, à fl. 418 do processo **SMS-PRO-2024/07842**, publicado no D.O Rio de 26/11/2024, página 421, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de carátergeral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:46:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**,**Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999**, **18.835/2000**,**21.083/2002**,**21.253/2002**,**22.136/2002**,**27.715/2007**,**31.349/2009**,**40.285/2015 c/c 48.365/2021**,**40.286/2015, 49.415/2021 e 51.260/2022**, com suas alterações posteriores. A CONTRATADA declara conhecer todas e ssas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de Anestesia da marca TAKAOKA,** pertencentes a diversas unidades desta Sescretaria, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I).

Parágrafo Único – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência** (Anexo I), bem como nas normas técnicas para a execução dosserviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$ 1.060.800,00 (um milhão sessenta mil e oitocentos reais) correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais).

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:45:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos**arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:44:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo– O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado,observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]

Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;
Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:43:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação objeto do presente contrato obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá à comissão designada por ato da Secretaria Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:43:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidadede **Apólice de Seguro**, no valor de R$ 21.216,00 (vinte e um mil duzentos e dezesseis reais) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Saúde se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:42:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a **garantia** reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto- A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:41:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo DécimoPrimeiro– A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465[1] do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

O prazo do presente é de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir de **15/01/2025** a **14/01/2027**, cuja eficácia se dará a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (Dez) dias, sob pena de nulidade, em conformidade com o art. 94, inciso II e parágrafo primeiro da Lei Federal n° 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos daLei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá

[1]**RGCAF - Art. 465** - As garantias só serão restituídas após o integral cumprimento da proposta ou do contrato, mediante ato liberatório da autoridade celebrante.
§ 1º - A garantia complementar, constituída pelas retenções sobre faturas, será liberada logo após a aceitação provisória da obra ou do serviço.
§ 2º - A garantia inicial será liberada em seguida à aceitação definitiva da obra ou do serviço.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:41:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, daLei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dostrabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pelaFiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso deinsuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:40:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso deinsuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor responsável pela Unidade Orçamentária, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sançõescabíveis;

VIII– manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execuçãocontratual;

IX– responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilizaçãoindevida;

X– observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no quecouber;

XI– nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:39:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII–nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI– se comprometer a não subcontratarpessoa física ou jurídica, se aquela ou os

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:38:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público queatue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XVIII – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XIX – observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XX – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVIII - efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234 , de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:37:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA–RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimentodo objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021e no art. 589 do RGCAF:

(a) **Advertência**;

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:37:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

(b) **Multa**;

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos**;

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:36:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) diasúteis, observadas as demais formalidades legais.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:36:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nessesentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:35:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

Parágrafo Décimo– Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infraçõescometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c"do caput desta Cláusula é da competência da Secretaria Municipal de Saúdee a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:34:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

recorrida, no prazo **de 15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis**contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único. Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA–EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo –Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento)calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou,

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:33:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “b”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinçãocom culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução dagarantia;

(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data daextinção;

(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamentesofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuênciado CONTRATANTEe sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensaoficial.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:32:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correspondentes ao presente instrumento correrão por conta do Orçamento do Exercício **2025**, ficando o restante a ser empenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecidono artigo 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos doart. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislaçãoaplicável.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:31:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes doart. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expedienteno CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presenteem em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também oassinam.

Rio de Janeiro,_____de janeiro de 2025.

DANIEL LOPES DA MATA

Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:30:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOSÉ MARCOS ESTRAIHER

Representante Legal

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ANEXO I

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO VALOR CONTRATADO

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
Rua 41C, n° 783 – Vila Santa Cecília – Volta Redonda, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 27255-430
CNPJ sob o n°: 07.425.249/0001-98

OBJETO: Constitui objeto do presente a contratação por 24 (vinte e quatro) meses, da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de Anestesia da marca TAKAOKA, pertecentes às unidades da SMS/RJ.

Unidade	Equipamento	Modelo	N° de Série	Valor unitário	Valor Total Mensal	Valor de 24 meses
HMSF	Aparelho de Anestesia	SAT 500	615	R$ 2.600,00	R$ 10.400,00	R$ 249.600,00
			601	R$ 2.600,00		
			597	R$ 2.600,00		
			600	R$ 2.600,00		
HMatCD	Aparelho de Anestesia	SAT 500	602	R$ 2.600,00	R$ 5.200,00	R$ 124.800,00
			606	R$ 2.600,00		
HMFST	Aparelho de Anestesia	SAT 500	643	R$ 2.600,00	R$ 2.600,00	R$ 62.400,00
HmatAF	Aparelho de Anestesia	SAT 500	720	R$ 2.600,00	R$ 7.800,00	R$ 187.200,00
			648	R$ 2.600,00		
			649	R$ 2.600,00		
HMHP	Aparelho de Anestesia	SAT 500	653	R$ 2.600,00	R$ 7.800,00	R$ 187.200,00
			644	R$ 2.600,00		
			645	R$ 2.600,00		
HMLJ	Aparelho de Anestesia	SAT 500	539	R$ 2.600,00	R$ 10.400,00	R$ 249.600,00
			611	R$ 2.600,00		
			613	R$ 2.600,00		
			842	R$ 2.600,00		
Valor Total do Contrato					R$ 44.200,00	R$ 1.060.800,00

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:29:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes por si e por seus representantes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, _____ de janeiro de 2025.

_____

DANIEL LOPES DA MATA

Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:27:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

JOSÉ MARCOS ESTRAIHER

Representante Legal

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:53:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

JOSÉ MARCOS ESTRAIHER

Representante Legal

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:53:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

JOSÉ MARCOS ESTRAIHER

Representante Legal

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/01

A Vale Sul Fluminense Equipamentos Médicos Ltda

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n°: 07.425.249/0001-98.

Rua 41-C, n 783 – Vila Santa Cecilia – Volta Redonda – RJ.

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE MARCOS ESTRAIHER
Data: 02/01/2025 16:53:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

JOSÉ MARCOS ESTRAIHER

Representante Legal

VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

SMSCAP202502008

Assinado com senha por DANIEL LOPES DA MATA - SUBSECRETARIO / 42368 - 10/01/2025 às 12:25:15, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - TESTEMUNHA 01 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:49:09 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - TESTEMUNHA 02 S/SUBG/CAC / 44017 - 10/01/2025 às 15:54:01.
Documento Nº: 8836044-7083 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=8836044-7083

SIGA